



Governo do Estado de São Paulo
Fundação de Previdência Complementar do Estado de São Paulo
Conselho Deliberativo

ATA DE REUNIÃO

Nº do Processo: 271.00000274/2024-11

Interessado: Conselho Deliberativo

Assunto: Ata da 146ª Reunião Ordinaria

Aos 25 (vinte e cinco) dias do mês de abril de dois mil e vinte e quatro, as 9h, conforme prévia convocação, por meio eletrônico, reuniu-se ordinariamente o Conselho Deliberativo da Fundação de Previdência Complementar do Estado de São Paulo SP- PREVCOM. Participaram Marina Brito Battilani, Presidente do Conselho, Aldo Cuomo, Demetrius Queiroz do Rego Barros, Jean Pierre Geremias de Jesus Neto, José Francisco Dutra da Silva e Mauro Ricardo Machado Costa, membros titulares, Ana Luiza Guanaes Marino, Eduardo Bergamaschi Felizola, Fábio Teizo Belo da Silva, Henrique Lima Leite, Márcio Cury Abumussi e Tiago José Kich Temperani, membros suplentes. Pela Diretoria Executiva, Karina Damião Hirano, Diretora-Presidente interina e Francislene Nascimento, Diretora de Investimentos, Roberto Pitaguari Germanos, Angelita de Almeida Oliveira e Ednilson Figueiredo da Silva, assessores, Joseane da Silva Prado, assistente. Dando início à reunião, a Presidente Marina deu as boas-vindas a todos. Na sequência, submeteu à apreciação do colegiado a ata da 145ª reunião ordinária aprovada por reunião unanimidade, sem ressalvas. Seguindo, para apresentação do Relatório mensal dos investimentos, item 2 da pauta, a Presidente passou a palavra à Diretora de Investimentos Sra. Francis que iniciou comentando a movimentação do mês, destacando a evolução patrimonial, posição março, que somou R\$ 3,37 bilhões e a captação líquida mensal de R\$ 35,41 milhões. A alocação do patrimônio, por plano, apresenta uma concentração de 95,60% nos planos PREVCOM RP, PREVCOM RG e PREVCOM RG UNIS. As alocações por Fundo concentraram 80,31% em Renda Fixa, 3,43% no segmento Imobiliário, 5,60% em ações local, 2,15% em ações no exterior, 6,50%, em Multimercado e 2,0 no PGA. O retorno acumulado da carteira no mês de outubro foi de 1,08% para um alvo de 0,47% e, nos últimos 12 meses, 11,86% para um alvo de 8,00%. A rentabilidade acumulada desde o início é de 222,66% para um alvo de 209,65%. Seguindo, apresentou o comparativo de rentabilidade entre 120 EFPC, as principais movimentações realizadas no mês e o valor dos pagamentos de benefícios. Registrou que não ocorreram desenquadramentos no mês. Na planilha de retorno dos fundos, nos últimos 12 meses, incluiu uma coluna demonstrando, em percentual, a posição que o fundo impacta a carteira, sobre o patrimônio líquido. Finalizou apresentando quadro

com as movimentações mensais. A Presidente Marina agradeceu a participação. Na sequência, para comentar sobre a renovação do contrato de locação do Edifício sede da Fundação, item 3 da pauta, o assessor Roberto passou a detalhar as justificativas da proposta de prorrogação elaborada pela Diretoria Executiva. Considerando que o término do contrato se dará em 26.06.24, a Fundação fez uma análise comparativa dos custos de locação visando apurar se a permanência no atual imóvel é vantajosa, considerando o custo total da locação, a área útil compatível, a localização e o padrão. Foram realizados comparativos em 5 edifícios e concluiu-se pela prorrogação do contrato vigente em função do menor custo total, por não haver necessidade de realização de despesas com reformas, infraestrutura, adequação de mobiliário e mudança. Ainda, a ser considerado, no novo contrato de prorrogação, cláusula que permite sua rescisão, sem multas, desde que comunicado o locador com 90 dias de antecedência. Com base nas análises, a Diretoria Executiva propõe a prorrogação do contrato de locação, deixando a critério da nova Diretoria Executiva, a decisão de permanência ou mudança de sede. O Conselheiro Mauro Ricardo entende que a matéria é ato de gestão da Diretoria Executiva. Concluídos os questionamentos, com base no conteúdo da matéria apresentada e encaminhada para conhecimento prévio do colegiado, o Conselho Deliberativo tomou ciência, não havendo manifestação contrária à deliberação da Diretoria Executiva de prorrogar o contrato de locação do imóvel sede. Seguindo, fazendo referência ao item 4 da pauta, submeteu ao colegiado a indicação do Sr. Marcelo Augusto Petrim Pascotto para composição do Comitê Gestor do Plano de Benefícios PREVCOM RG, como representante da ALESP em substituição ao Sr. João Carlos Fernandes, aprovada por unanimidade. Na sequência, a Presidente passou a palavra à Diretora Karina Hirano para apresentação dos temas citados nos itens 5 e 6 da pauta, que tratam de informações dos processos administrativos sobre empréstimo consignado e a natureza jurídica da Fundação encaminhados pela SGGD. A Diretora Karina disse tratar-se de uma prestação de contas já que os assuntos foram demandas do Conselho em reuniões anteriores. Registrou que a Diretoria reenviou à Secretaria tutelar a documentação referente as matérias conforme solicitadas pelo Conselho. Sobre o empréstimo consignado, recebeu da SGGD a informação de que a proposta de alteração no Decreto Estadual nº 60.453 seja apreciada e deliberada após a posse da nova Diretoria da Entidade. Quanto à solicitação de novo parecer a respeito da natureza jurídica da Fundação, a SGGD manifestou-se informando que a questão suscitada, em razão de ordem superior, também seja apreciada e deliberada somente após a posse da nova Diretoria. Sendo a solicitação originariamente do Conselho Deliberativo à SGGD, retornamos o assunto para este colegiado para que conduza da maneira que entenderem mais adequada. O Conselheiro Mauro Ricardo, fazendo referência as alterações na previdência complementar, que estão sendo discutidas em anteprojeto de lei no executivo, recomenda que antes de encaminhar projeto de lei alterando decisões tomadas pelo governo anterior, sejam entendidas as motivações das medidas adotadas à época. Ainda, lembrou dos impactos financeiros significativos que eventuais alterações trarão a curto, médio e longo prazos. Concluída a apresentação, a Presidente agradeceu a Diretora Karina. Seguindo, para apresentar o item 7 da pauta, convidou o Sr. Edenilson que iniciou apresentando os

treinamentos que podem ser realizados junto às empresas prestadoras de serviços à PREVCOM, previstos em contrato, hoje disponíveis aos colaboradores e que podem ser estendidos, por demanda, aos colegiados, sobre temas específicos, tais como: consultoria em compliance (ICTS), sobre gestão de riscos (PFM), Contábil (PRP), em investimentos (PPS), gestão de riscos e investimentos (ADITUS), sobre atuarial (CONDE), sobre assessoria jurídica especializada em previdencial e investimentos (BOCATER) e sobre a segurança da informação (DENASEC). Seguindo indicou algumas plataformas disponíveis no mercado tais como a ABRAPP, EGESP, ENAPP, UNIABRAPP e WAY, dentre outras. Comentou sobre os treinamentos oferecidos pela UNIABRAPP, já com inscrições abertas. Finalizou comentando sobre o 45º Congresso da ABRAPP, a realizar-se no período de 16/10 a 18/10, no Transamérica Expo Center, no formato presencial e on-line, com os valores variáveis, de acordo com o lote, número de inscrições e forma de participação. O custo das inscrições do congresso é por conta da Fundação. Em complemento à matéria, citou a Portaria PREVIC nº 1.044, que divulga as certificadoras e respectivos certificados admitidos para fins de exercícios de cargos e funções nas EFPC. A Diretora Karina questionou a Presidência do Conselho sobre o procedimento a ser adotado pela Fundação quanto ao pagamento das inscrições para o 45º Congresso da ABRAPP. A Presidente Marina entende que o procedimento deve ser mantido, considerando que o valor já foi provisionado no orçamento para 2024, aprovado pelo Conselho. Quanto aos demais cursos preparatórios para capacitação, deverão ser submetidos, caso a caso, tempestivamente, à avaliação do Conselho Deliberativo. Atualmente, conforme deliberarão do Conselho, a Fundação custeará somente as despesas referentes a participação no congresso da ABRAPP e a inscrição da 1ª prova de certificação. As despesas decorrentes de locomoção, tais como passagens, estadias, pedágios e demais custos para participação presencial, tanto em eventos quanto em reuniões de colegiados, ocorrerão por conta do interessado. No caso específico das reuniões dos Colegiados, por serem no formato híbrido, a participação presencial fica à critério do Conselheiro, devendo as despesas de locomoção serem por conta do Conselheiro. Passando para o item 8 da pauta, a Presidente Marina comentou que solicitou a retirada de pauta o item que tratava da aprovação da proposta de Política de Apuração de Relatos e Consequências, para atender demanda do COAUD, que solicitou analisar previamente a proposta antes de ser apresentada ao Conselho. A Diretora Karina lembrou que a matéria já transitou pelo Conselho em reuniões anteriores, e que em última análise, foi solicitado Parecer Jurídico. O material já foi encaminhado ao colegiado para conhecimento. O assunto será submetido ao colegiado na reunião do mês de maio, já com o parecer do COAUD. O Conselheiro Aldo Cuomo, manifestou-se questionando se haveria prazo para apresentar sugestões à proposta, considerando que, em análise inicial, ele e a conselheira Ana Luiza, possuem questionamentos e sugestões à minuta. A Presidente sugeriu que as sugestões de alterações sejam formalizadas para a Diretora Karina, com cópia para o COAUD, até o dia 10.05.2024. A Diretora Karina questionou se o fluxo de documentos antes de serem apresentados ao Conselho, devem passar antes pela análise do COAUD. A Presidente Marina entende que a Diretoria deve sempre submeter os assuntos ao Conselho

Deliberativo. Cabe ao Conselho, definir a necessidade ou não de ouvir o COAUD antes de deliberar sobre a matéria. Dando sequência a Presidente Marina comentou sobre processo seletivo para preenchimento dos cargos de Diretor-Presidente, Diretor Administrativo, Diretor de Relacionamento Institucional e de Diretor de Tecnologia da Informação, informando que já foram encerradas as inscrições e que a Comissão está fazendo a triagem e a análise dos currículos, tanto na parte formal do preenchimento dos requisitos, quanto nas competências desejadas para o exercício dos cargos. Brevemente os candidatos selecionados serão convocados para entrevista. Conforme previsto no edital, a Secretaria de Gestão submete ao Secretário uma relação com 3 nomes para cada cargo, que definirá um candidato a ser encaminhado à Casa Civil e posteriormente submetido ao senhor Governador do Estado para indicação. Lembrou que o processo para escolha do cargo de Diretor de Segurança, cujo vencimento será em 05.08.24, já está sendo conduzido paralelamente pela SGGD, de forma a evitar prorrogação do mandato. Na sequência, a Presidente passou a palavra ao Sr. Ednilson Figueiredo da Silva, auditor interno, para apresentação do Relatório das Atividades da Auditoria Interna, item 9 da pauta, referente ao mês de março. Informou que no mês em referência houve apenas 1 baixa que fez referência a divergência entre confirmações externas de patrocinadores e saldo contábeis de arrecadação, já corrigido. Com vencimento para o próximo mês, foram citadas a formalização de processos com a revisão dos manuais dos procedimentos do processo de movimentações, abrangendo todas as fases da operação. Também citou a avaliação de efetividade do programa de compliance, por meio de indicadores aprovados pela Diretoria Executiva, além de reporte à Comissão de Ética e Conselho Deliberativo. Por fim, informou que não há pendências no mês de março. Encerrados os itens da pauta, e nada mais havendo a tratar, a Presidente agradeceu a presença de todos, encerrou a reunião e para constar, eu, Cesar Gnoatto, secretário da reunião, lavrei e subscrevo a presente ata que depois de lida e achada conforme vai assinada pelos membros titulares presentes. Marina Brito Battilani, Presidente do Conselho, Aldo Cuomo, Demetrius Queiroz do Rego Barros, Jean Pierre Geremias de Jesus Neto, José Francisco Dutra da Silva e Mauro Ricardo Machado Costa, conselheiros.



Documento assinado eletronicamente por **Cesar Gnoatto, Assistente Técnico Previdência Complementar III**, em 12/05/2024, às 16:21, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no [Decreto Estadual nº 67.641, de 10 de abril de 2023](#).



Documento assinado eletronicamente por **Demetrius Queiroz do Rêgo Barros, Conselheiro**, em 12/05/2024, às 16:27, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no [Decreto Estadual nº 67.641, de 10 de abril de 2023](#).



Documento assinado eletronicamente por **Jose Francisco Dutra da Silva, Conselheiro**, em 13/05/2024, às 10:02, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no [Decreto Estadual nº 67.641, de 10 de abril de 2023](#).



Documento assinado eletronicamente por **Marina Brito Battilani, Presidente do Conselho**, em 13/05/2024, às 13:36, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no [Decreto Estadual nº 67.641, de 10 de abril de 2023](#).



Documento assinado eletronicamente por **Aldo Cuomo, Conselheiro**, em 13/05/2024, às 17:15, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no [Decreto Estadual nº 67.641, de 10 de abril de 2023](#).



Documento assinado eletronicamente por **Jean Pierre Neto, Conselheiro**, em 13/05/2024, às 18:27, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no [Decreto Estadual nº 67.641, de 10 de abril de 2023](#).



Documento assinado eletronicamente por **Mauro Ricardo Machado Costa, Conselheiro**, em 14/05/2024, às 16:48, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no [Decreto Estadual nº 67.641, de 10 de abril de 2023](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.sp.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0027659014** e o código CRC **571565EB**.
